
Pós-Graduação *Lato Sensu* em
Pós-graduação Lato Sensu LLM em Direito Administrativo

Local Campo Grande – MS

Data Fevereiro 2024

Sumário

Sumário

1.	Identificação do curso.....	3
2.	Público-alvo	3
3.	Perfil do egresso	3
4.	Critério de seleção.....	3
5.	Justificativa	3
6.	Objetivo do Curso	3
7.	Parcerias.....	4
8.	Período e periodicidade	4
9.	Matriz Curricular do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, LLM em Direito Administrativo.	5
10.	Disciplinas, Ementas e Referências Bibliográficas	6
11.	Aspectos Metodológicos.....	13
12.	Frequência e Avaliação e atribuição de notas ou conceito para discente.....	13
13.	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	14
14.	Certificação	14
15.	Infraestrutura física.....	15

1. Identificação do curso

Nome: Pós-graduação Lato Sensu LLM em Direito Administrativo.

Área de concentração: (Direito – Administração Pública)

Carga Horária: 360(trezentos e sessenta) horas, não sendo computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente.

2. Público-alvo

O público-alvo são profissionais Advogados que atuam no Direito Público; Contadores; Administradores de Empresas que pretendem relacionar com o Poder Público; Agentes Públicos em geral; Bacharéis em Direito que visam à docência no ensino superior.

3. Perfil do egresso

profissionais que compõem os quadros práticos de entidades públicas (ou privadas que possuam interação com o setor público), à docência e da pesquisa aliada à prática, com atividades afetas com as políticas públicas no Brasil.

4. Critério de seleção

Serão estabelecidos pela Escolagov.

5. Justificativa

O Curso de Pós-Graduação possui como justificativa a necessidade do mercado no aperfeiçoamento constante dos profissionais que atuam de forma direta ou indireta na Administração ou Gestão Pública, bem como àqueles que tem interesse em celebrar negócios jurídicos com o Poder Público, além dos agentes públicos que atuam como servidor ou empresário público.

6. Objetivo do Curso

O Curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo que tem por objetivo o aprofundamento dos estudos dos institutos de Direito Público, porém focados na atuação da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, além dos instrumentos de gestão pública.

6.1 Objetivos específicos:

O curso tem por objetivo capacitar profissionais para atuação crítica e propositiva em funções que requeiram domínio especializado de temas afetos ao Direito Administrativo, tanto em atividades técnicas, quanto jurídicas, contenciosas e consultivas.

- Identificar as principais leis, as correntes doutrinárias e as controvérsias jurídicas sobre a organização, o funcionamento e o controle da Administração Pública e se posicionar de forma crítica e propositiva sobre elas;
- Identificar de forma abrangente e interdisciplinar o exercício da função executiva, em especial da administrativa, com clara noção acerca de suas conexões com outros campos do conhecimento jurídico e não jurídico;
- Compreender as esferas de atuação do Direito Administrativo frente ao papel, organização e funcionamento da Administração Pública.

7. Parcerias

Instituições públicas e privadas.

8. Período e periodicidade

O curso terá no mínimo 12 meses para execução do conteúdo programático e mais 02 (dois) meses para conclusão do Artigo Científico, e será oferecido em turma única. As aulas ocorrerão no formato presencial e com transmissão das aulas ao vivo (híbrido), com encontros quinzenais, conforme calendário acadêmico, anexo ao programa.

9. Matriz Curricular do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, LLM em Direito Administrativo.

DISCIPLINAS	CH	PROF. RESPONSÁVEL
Seminário 1: Temas transversais vinculados ao direito administrativo. O direito administrativo na visão do STJ	5h	Prof. Dr. Marcelo Navarro Ribeiro Dantas
Administração Pública Organizacional	15h	Prof. Dr. Flávio Garcia Cabral (Procurador da Fazenda Nacional)
Agentes Públicos	15h	Prof. Me. Pedro Paes de Andrade Banhos
Processo Administrativo Disciplinar	15h	Prof. Esp. Monique Marchioli Leite
Seminário 2: Temas transversais vinculados ao direito administrativo. Direito Administrativo Contemporâneo	5h	Prof. Dr. Reynaldo Soares da Fonseca
Improbidade Administrativa	15h	Prof. Me. Humberto Lapa Ferri
Intervenção do Estado na Propriedade Privada	15h	Prof. Me. Antônio Barbosa de Souza Neto
Intervenção do Estado no Domínio Econômico e Social	15h	Prof. Dr. Carlos Bastide Horbach
Seminário 3: Temas transversais vinculados ao direito administrativo. Acordo de Leniência uma colaboração com as investigações de improbidade administrativa	5h	Prof. Dr. Carlos Vinicius Alves Ribeiro
Bens Públicos: Classificação, Regime Político, Formas de Aquisição e Alienação	15h	Prof. Me. Ludmila Santos Russi
Responsabilidade Civil do Estado	15h	Prof. Dr. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto
Licitações, Contratos, Concessões e PPP's	30h	Prof. Me. Moises Casarotto
Seminário 4: Temas transversais vinculados ao direito administrativo. Contexto moderno de atos e contratos administrativos e novos arranjos licitatórios	5h	Prof. Dr. Sérgio Silveira Banhos
A Fazenda Pública em Juízo	15h	Prof. Esp. Fabíola Marquetti Sanches Rahim

Controle da Administração Pública	15h	Prof. Dr. Flávio Garcia Cabral
Lei de Responsabilidade Fiscal – aspectos e impactos	15h	Prof. Esp. Ana Carolina Alli Garcia
Seminário 5: Temas transversais vinculados ao direito administrativo. A importância do CNJ e CNMP da estruturação organizacional da administração do Poder Judiciário e do Ministério Público	5h	Prof. Dr. Richard Pae Kim
Governança Orçamentária	30h	Prof. Dr. Rafael Campos Soares da Fonseca
Contas de Governo	30h	Prof. Esp. Oraide Serafim Baptista Katayama
Auditoria no Setor Público – O Papel do Tribunal de Contas e do Ministério Público	15h	Prof. Me. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Seminário 6: Temas transversais vinculados ao direito administrativo. Condutas Vedadas aos Agentes Públicos	5h	Prof. Esp. Marcos Rafael Coelho
Seminário 7: Temas transversais vinculados ao direito administrativo. Administração Pública: Privacidade de Dados	5h	Prof. Me. Kássia Zinato
Seminário 8: Temas transversais vinculados ao direito administrativo. Administração Pública: <i>Compliance</i> Anticorrupção	5h	Prof. Me. Ana Carolina Santos
Seminário 9: Temas transversais vinculados ao direito administrativo. Direito Administrativo na visão dos Tribunais Superiores	5h	Prof. Me. Leonardo Campos Soares da Fonseca
Seminário 10: Temas transversais vinculados ao direito administrativo. Administração Pública e o Direito Regulatório	5h	Prof. Dra. Jaceguara Dantas da Silva
Seminário 11: Temas transversais vinculados ao direito administrativo. Agências Reguladoras no Brasil	5h	Prof. Me. Renato Fernandes de Castro
Seminário 12: Temas transversais vinculados ao direito administrativo. Seminário de encerramento: O Poder Judiciário e sua atuação no controle judicial da administração pública	5h	Prof. Dr. Reynaldo Soares da Fonseca
Pesquisa Científica	30h	Prof. ^a Dra. Ordália Almeida Alves Prof. Dr. Thiago Melim Braga
Total	360h	

10. Disciplinas, Ementas e Referências Bibliográficas

Administração Pública Organizacional

Administração Pública e Organizações Públicas: Conceito e papel da Administração Pública na sociedade. Significado político, social e econômico da Administração Pública. Evolução histórica dos estudos de Administração Pública. Fundamentos da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais. Os

principais Modelos de administração pública. Administração Pública e Co-produção dos serviços públicos O administrador público, a aprendizagem e a Co-produção do bem do bem comum.

Referencias Bibliográficas

Básica ARAUJO, Luis Cesar G. de; GARCIA, Adriana Amadeu; MARTINES, Simone. Gestão de processos: melhores resultados e excelência organizacional, 2 ed., 2017. DAFT, Richard L. Organizações: teoria e projetos. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. HALL, Richard H. Organizações: estruturas, processos e resultados. 8 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Agentes Público

Deveres/Poderes/Competências da Administração Pública. O terceiro setor. Agentes Públicos; Agentes públicos: agentes políticos, servidores públicos e particulares em colaboração; Cargo público, emprego público e função pública; Acessibilidade aos cargos públicos; Provimento; . Regras sobre acumulação de cargos.; Exercício de mandato eletivo.; Aposentadoria e disponibilidade; Responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Referências Bibliográficas

MELLO, Celso Antônio Bandeira de Mello. Curso de Direito Administrativo. 26ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2009. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 22ª Edição, Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 22ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

Processo Administrativo Disciplina

Lei nº 8.112/90 e 9.784/99, artigos referentes ao regime disciplinar e ao processo administrativo e os tipos de processo disciplinar. • Fases do processo administrativo disciplinar • Instrução processual • Direitos do acusado (a) no processo disciplinar. • Tipos de provas que podem ser utilizadas no procedimento disciplinar. • Princípios que regem o processo disciplinar. • Papel do presidente. • Quando e porque designar um secretário externo. • Citação; Relatório Final • Dosimetria para aplicação de penalidade • Aspectos que causam nulidade processual • Como calcular a prescrição. • Processo à revelia, o que fazer.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 1116p. (Coletânea da Legislação de Direito Ambiental).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27 ed. rev. ampl. e atual. até 2013 - São Paulo. Atlas. 2014. COSTA, N.N. Processo Administrativo e suas Espécies. Rio de Janeiro. Forense. 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 27 ed. São Paulo. Atlas. 2014 FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. Processo Administrativo. 3ª Ed. rev. atual. São Paulo. Ed. Malheiros. 2012

Improbidade Administrativa

Ementa Da ação civil pública de improbidade administrativa. princípios e definições; do procedimento administrativo do inquérito civil; das modalidades de improbidade administrativa; Das novas (velhas) figuras de improbidade administrativa; Das sanções. Tipo e aplicação; do procedimento processual. providências cautelares; Do procedimento processual. Legitimidade ativa. Passiva. Pedido; da possibilidade de transação e mediação; prescrição e decadência; dos crimes contra a administração pública. Código penal; Irretroatividade material das sanções; Alcance em relação as sentenças já transitadas em julgado; Análise do papel do tribunal de contas da união; Defesas do réu. e revisão final para a prova

Referências Bibliográficas

ASSUMPÇÃO, Daniel Amorim Neves. Improbidade Administrativa. Direito Processual e Material. GEN. 2021.

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. Improbidade Administrativa. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

KRELL, Andreas J. Discricionariade Administrativa e Conceitos Legais Indeterminados. 2ª Edição. Livraria do Advogado. 2013.

JUSTEN FILHO, Marçal. Reforma da Lei de Improbidade Administrativa. 1ª Edição. 2021. GEN. 2021.

Intervenção do Estado na Propriedade Privada

Bens Públicos atuação do Estado no domínio econômico. Intervenção do Estado na propriedade. Processo administrativo. Controle da Administração Pública. Intervenção do Estado na propriedade privada. Intervenção do Estado na Economia. Licitações Públicas. Contratos administrativos e Contratos da Administração Pública. Processo e Procedimento administrativo. Controle dos Atos da Administração. Responsabilidade extracontratual do Estado.

Referências Bibliográficas

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Lúmen Júris, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2008.

Intervenção do Estado no Domínio Econômico e Social

A ordem econômica e financeira constitucional e a subordinação da administração pública aos princípios gerais da atividade econômica. A intervenção do estado no domínio econômico. Estado como agente normativo e regulador. Estado incumbido da prestação de serviços econômicos de interesse geral. Estado como executor da política urbana e da política agrícola e fundiária. Agências reguladoras. Parcerias público-privadas. Consórcios públicos e convênios de cooperação Inter federativos.

Referências Bibliográficas

CAL, Arianne Brito Rodrigues. As agências reguladoras no direito brasileiro; Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BERCOVICI, Gilberto. Constituição econômica e desenvolvimento uma leitura a partir da Constituição de 1988; São Paulo: Malheiros, 2005.

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988 (Interpretação e crítica); São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

Responsabilidade Civil do Estado

Responsabilidade civil, contratual e extracontratual, subjetiva e objetiva. Princípios gerais da responsabilidade civil. Dano patrimonial. Dano moral. Culpa. Risco. Nexo de causalidade. Excludentes da responsabilidade civil. Abuso do direito. Responsabilidades por fatos de terceiros. Responsabilidade do incapaz. Responsabilidade pelo fato da coisa. Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil das prestadoras de serviços públicos. Responsabilidade civil por dano ambiental. Responsabilidade civil do médico. Responsabilidade civil do advogado.

Referências Bibliográficas

GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil; São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Maria Celina Bodin de. Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais.; Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de responsabilidade civil.; São Paulo: Atlas, 2012.

Licitações, Contratos, Concessões e PPP's

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle.

Histórico e o conceito de concessão e permissão; Os princípios dos serviços públicos e o conceito de serviço adequado nas concessões; Aspectos sobre a remuneração dos serviços públicos nas concessões – tarifa, taxa, preço público e o inadimplemento dos usuários; Aspectos contratuais gerais de concessões: cláusulas regulamentares e financeiras, cláusulas de desempenho, extinção dos contratos de concessões.

Referências Bibliográficas

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e contratos administrativos: Teoria e Prática. São Paulo: Ed. Grupo Gen, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo, Atlas, 2009. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 40. Ed. Rio de Janeiro: Malheiros, 2014.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

A Fazenda Pública em Juízo

Pretende-se abordar algumas ações judiciais que visam controlar a Administração Pública sob o prisma da prática forense e da teoria geral do processo civil público.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo, São Paulo: Dialética, 2006. GRINOVER, Ada Pellegrini & outros. Os Processos Coletivos nos Países de Civil Law e Common Law. São Paulo: Editora RT, 2008.

LEAL, Luciana de Oliveira. Tutela Específica em face do Estado. Aspectos Constitucionais, Administrativos e Processuais. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes & outros. Mandado de Segurança e Ações Constitucionais. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

Controle da Administração Pública

Teoria dos controles da Administração Pública. Controle de legalidade e legitimidade dos atos da Administração Pública. Teoria do desvio de poder e o princípio da proporcionalidade como critério de correção dos atos administrativos. Controle interno e externo. Tribunais de Contas e controle do legislativo sobre as contas públicas. Controle popular. Controle jurisdicional e o papel do Ministério Público.

Referências Bibliográficas

CAETANO, Marcelo. Princípios Fundamentais do Direito Administrativo; Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo; Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo; São Paulo: Atlas, 2012.

Lei de Responsabilidade Fiscal – aspectos e impactos

Controle e Transparência Na Gestão Fiscal; Limites a serem observados; Prestação de Contas; Audiências Públicas; Equilíbrio das Contas Públicas; Punições ao Ente; Sanções Impostas aos Gestores – Lei 10.028/00; A LRF e a Atuação do Legislativo no Controle das Contas Públicas; Instrumentos de Transparência; Anexo de Metas Fiscais; Demonstrativos.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. BRASIL. Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

KHAIR, Amir Antônio. Lei de Responsabilidade Fiscal: guia de orientação para as Prefeituras. Rio de Janeiro: MPOG/BNDES, 2000.

Governança Orçamentária

Base legal do orçamento público. Instrumentos legais de planejamento público orçamentário: Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Ciclo do orçamento público. Princípios do orçamento público. Receitas e despesas públicas. Acompanhamento, controle e avaliação da execução orçamentária e financeira. Dívida pública no Brasil. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Governança no setor público: princípios, diretrizes, práticas e capacidade de resposta. Transparência e prestação de contas. Governança pública internacional.

Referencias Bibliográfica

AUTOUNIAM, C. S.; SOUZA, D. L.; LAPA, L. R. G. Gestão e governança pública para resultados: uma visão prática. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

CATAPAN, A.; BERNARDONI, D. L.; CRUZ, J. A. W. Planejamento e orçamento na Administração Pública. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. Orçamento público: planejamento, elaboração e controle. São Paulo: Saraiva, 2013. GIACOMONI, J. Orçamento público. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2021. GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

Contas de Governo

Conceito básicos de contas nacionais. O sistema de contas nacionais. Identidades contábeis. Sistema de contas nacionais do Brasil. Estrutura do balanço de pagamentos. Conta corrente e conta capital. Ligações com o sistema monetário internacional. Modelo insumo produto. Números-índice. Contabilidade nominal e contabilidade real. Produto Interno Bruto. Dívida Pública: Interna e Externa. Mercados Financeiros: estrutura e mecanismos básicos de funcionamento. Finanças Públicas: conceitos e medidas. Balanço de Pagamentos e Indicadores da Economia Internacional.

ROSSETTI, José P. Contabilidade nacional: uma abordagem introdutória. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

SACHS, Jeffrey D.; LARRAIN, Felipe. Macroeconomia. São Paulo: Makron Books, 1995.

Auditoria no Setor Público

Controle interno e externo da Administração Pública. Institucionalização. Normas de Auditoria Governamental (NAG's). Auditoria Governamental. Auditoria interna na Administração Pública. Auditoria externa na Administração Pública.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988): Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Lei Federal 4.320/64. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração dos orçamentos de balanços da União, dos estados, dos municípios e do distrito federal.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, de 05 de maio de 2000.

CASTRO, Róbison Gonçalves de; LIMA, Diana Vaz de. Fundamentos de Auditoria Governamental e Empresarial. 2 ed. São Paulo. Atlas.2009.

Pesquisa Científica

. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema; artigo Científico; trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. Projeto de pesquisa. Relatório de Intervenção. Estilo de redação. Apresentação gráfica. Normas ABNT. O trabalho de conclusão consiste na elaboração de um artigo científico focando o tema na área do curso.

Referencias Bibliográficas

ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
ECO Humberto. Como se faz uma tese. 21. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
Regras da ABNT para TCC 2020: as principais normas». 10 de março de 2020
Manual ABNT: regras gerais de estilo e formatação de trabalhos acadêmicos.

11. Aspectos Metodológicos

O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, LLM em Direito Administrativo, da faculdade INSTED, é presencial com aulas ao vivo on-line. As aulas ao vivo são gravadas e disponibilizadas no ambiente Virtual do Aluno (AVA); no qual também são disponibilizados material de apoio como slides, artigos científicos, biblioteca virtual e a plataforma Sagah que permite ao aluno acesso a conteúdo e atividades de compressão, a periodicidade das aulas é quinzenal.

Frequência e Avaliação e atribuição de notas ou conceito para discente.

No Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, LLM em Direito Administrativo, da faculdade INSTED', a avaliação expressa o resultado final de acordo com os critérios estabelecidos pelo professor e os respectivos instrumentos avaliativos.

A avaliação durante o curso de Pós-Graduação Lato Sensu, será a critério do professor, bem como os instrumentos avaliativos.

A avaliação deverá ser expressa através de notas de zero (0,0) a dez (10,0). A média final para efeito de aprovação, em cada módulo, deve ser igual ou superior a 7,0 (sete), bem como a frequência mínima obrigatória de 75% da carga horária total de cada módulo.

A avaliação está condicionada aos critérios institucionais, quando o especializando deve alcançar em cada módulo a média 7,0 e obter frequência

igual ou superior a 75%. O artigo científico só poderá ser apresentado após a conclusão de todos os créditos do curso.

Considerar-se-á aprovado no curso o especializando cujo desempenho aferido formalmente nas disciplinas e no trabalho de conclusão de curso, atingir ou ultrapassar a média 7,0 (sete). O aproveitamento será especificado quanto à nota e frequência em cada disciplina em seu respectivo módulo, bem como a avaliação do trabalho final do curso.

A participação e engajamento do especializando, individualmente considerado, nas atividades em sala de aula e no AVA, bem como o desempenho durante seminários ao longo do curso constituirão objeto da avaliação das disciplinas.

Sistematicamente, serão promovidas formas de avaliação do curso, dos professores, da coordenação do curso, bem como o atendimento administrativo e as instalações físicas.

12. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O TCC de acordo com a Deliberação CEE/MS nº 10. 679, de 13 de agosto de 2015, que dispõe sobre a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização da Escola de governo, no artigo 5º estabelece o curso com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, não sendo computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado obrigatoriamente para elaboração individual de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O Trabalho Conclusão de Curso – TCC, é componente curricular essencial e obrigatório. A orientação do TCC será realizada pelos professores do curso, sob condução da disciplina específica prevista na matriz curricular.

O TCC, caracteriza-se por um artigo científico contendo o mínimo de 15 laudas e o máximo de 30 laudas, elaborado em conformidade com as normas da ABNT com orientação de professores do INSTED ou convidados.

A entrega do TCC na secretaria acadêmica atenderá o prazo de até 90 dias, após o término do oferecimento das disciplinas do curso.

13. Certificação

Após os cumprimentos de todas as disciplinas e a entrega do trabalho final do curso, e sendo aprovado em todas as etapas o pós-graduando poderá requerer seu certificado, emitido em consonância com o disposto na resolução CNE/CES nº 01/04/2018.

14. Infraestrutura física

As aulas serão ministradas no prédio da instituição localizado a rua marechal Rondon, nº 2034, centro de Campo Grande – MS.

15. Avaliação do curso

A avaliação do curso será realizada pelo docente e pelo discente. Haverá auto avaliação do discente, de acordo com o Regimento Interno da pós-graduação da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul.

Que serão encaminhados a Escola de governo em anexo aos relatórios de execução do curso.